

**O PROVIDOR DE JUSTIÇA**

26NOV2012 014656

Exmo. Senhor
Prof. Doutor Luís de Sousa
Coordenador Principal
do Sistema Nacional de Integridade
Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa
Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa

Assunto: Relatório Final do Projeto Sistema Nacional de Integridade

1 – Na sequência do meu compromisso para participar na conferência final do projeto do Sistema Nacional de Integridade, no próximo dia 30, só agora tive presente a publicação acima identificada. Daí que só agora venha trazer à consideração de V. Exa. três passagens relativas ao Provedor de Justiça, cujo conteúdo me parece não ter correspondência no quadro normativo que rege a atividade desde órgão do Estado nem na forma como o mesmo tem sido implementado na prática.

2 – Começo pela afirmação de que “o Provedor não está obrigado por lei a apresentar uma declaração de rendimentos e património, como é exigido aos demais detentores de cargos públicos, conforme a Lei 4/83 de 2 de abril.”

Trata-se de uma afirmação que me parece contraditada pelo teor da alínea j) do n.º 1 do artigo 4.º do diploma acabado de referir, por via da qual se sujeitam à obrigatoriedade de entrega de declaração de rendimentos os “membros dos órgãos constitucionais”, categoria em que está incluído o Provedor de Justiça, enquanto órgão do Estado com assento no artigo 23.º da Constituição. Veja-se, aliás, que já a versão originária deste artigo incluía o Provedor de Justiça no seu elenco, por via da alínea f) do n.º 1, que se reportava ao cargo de “membro do Conselho de Estado”. E é a própria Assembleia da República, numa cópia anotada do diploma, na versão atualmente em vigor, que salienta a ligação entre uma e outra disposição (vd. nota de rodapé 30 do documento, em http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/ControlePublico_RiquezaTitularesCargosPoliticos_Anotado.pdf).

Pela minha parte, e em linha com a prática do meu antecessor, no início do meu mandato não deixei de dar cumprimento a esta obrigação.

3 – Passando a outra questão, mais adiante afirma-se que “[e]m matéria de integridade, à semelhança de outros organismos administrativos, a Provedoria de Justiça não obedece a um código de conduta e está sujeita apenas aos princípios genéricos do



O PROVIDOR DE JUSTIÇA



código de conduta geral aplicado na Administração Pública e ao Plano de Prevenção de Riscos de Gestão.”

Trata-se de uma afirmação que também não considero exata. Com efeito, ao abrigo do artigo 1.º do Regulamento Interno dos Serviços do Provedor de Justiça, a atuação de todos os colaboradores e serviços deste órgão do Estado rege-se pelos princípios do Código de Boa Conduta Administrativa.

Este documento, elaborado pelo próprio Provedor de Justiça com base numa iniciativa similar do Provedor de Justiça Europeu, e cuja adoção o Provedor propôs à Assembleia da República, constitui o Anexo I do Regulamento Interno, sendo sua parte integrante.

O Regulamento Interno e respetivos anexos encontram-se disponíveis para consulta, na versão em vigor desde 1 de setembro de 2012, no sítio de Internet do Provedor de Justiça (vd. <http://www.provedor-jus.pt/?idc=51&idi=14983>).

4 – Por último, reporto-me à passagem em que se afirma que “[a] maior crítica feita ao Provedor prende-se, porém, com o facto de este se ocupar e procurar solucionar caso a caso, considerando-os situações pontuais. Não se preocupa com a estrutura geral dos problemas e procura não gerar muito alarido em torno das situações que lhe são apresentadas.”

Trata-se, uma vez mais, de uma afirmação que gostaria de refutar.

Veja-se, em primeiro lugar, a amplitude do mandato conferido ao Provedor de Justiça, o qual abrange a defesa e promoção de todos os direitos fundamentais, tanto numa perspetiva de legalidade como de justiça, seja na ótica da reparação ou da prevenção. Considerem-se, depois, os poderes do Provedor de Justiça, os quais incluem os poderes de recomendação legislativa e de iniciativa junto do Tribunal Constitucional, bem como a capacidade de atuar por iniciativa própria. Trata-se de prerrogativas que remetem para um âmbito mais genérico e não puramente casuístico de intervenção e que não raro têm sido exercidas na prática, como os relatórios anuais do Provedor de Justiça amplamente atestam.

Fazendo pleno uso destas faculdades, o Provedor de Justiça tem podido dinamizar intervenções de cariz geral, para tratamento de questões de natureza transversal ou recorrente.

Por outro lado, no tratamento de casos concretos, o Provedor de Justiça tem podido formular recomendações e outras tomadas de posição que, quando acatadas, vêm a beneficiar uma pluralidade de destinatários: não apenas os concretamente visados na situação em estudo, mas todos os cidadãos que, no presente ou no futuro, se venham a encontrar em idêntica situação.



O PROVIDOR DE JUSTIÇA

Exemplos marcantes do primeiro caso são as ações genéricas de inspeção realizadas ao sistema prisional português, a que acrescem visitas regulares realizadas anualmente a conjuntos selecionados de estabelecimentos prisionais, bem como as ações genéricas de inspeção realizadas às instituições de acolhimento de crianças e jovens dos Açores e da Madeira, aos lares de idosos da Segurança Social e às condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada, incluindo pessoas com deficiência, nas estações do metro de Lisboa.

Do segundo caso, é exemplo muito recente o processo em que me debrucei sobre o problema do atraso excessivo dos Centros Distritais do Instituto de Segurança Social na elaboração dos relatórios sociais solicitados pelos Tribunais de Família e Menores, no âmbito dos processos de regulação do exercício das responsabilidades parentais, no seguimento de queixas recebidas sobre este assunto. Como relata a notícia que fiz divulgar no sítio de Internet do Provedor de Justiça, “após auscultação do Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP), concluiu-se que o atraso na elaboração dos aludidos relatórios sociais constitui um problema de âmbito geral e com contornos preocupantes, atentos os prejuízos que tais atrasos implicam não só para os menores envolvidos, mas também para o próprio funcionamento dos Tribunais de Família e de Menores, os quais se vêm impedidos de concluir em tempo útil, como seria desejável, os respetivos processos”, pelo que dirigi alertas ao Ministro da Solidariedade e da Segurança Social e à Ministra da Justiça, de que dei conhecimento ao Conselho Superior da Magistratura, e que receberam já resposta parcial (vd. <http://www.provedor-jus.pt/?idc=35&idi=14993>).

5 – Certo de que as questões que aqui suscito não deixarão de merecer a atenção de V. Exa., antecipadamente agradeço a consideração que o Sistema Nacional de Integridade venha a dispensar ao assunto.

Com os melhores cumprimentos, 

O Provedor de Justiça



(Alfredo José de Sousa)